



Notas sobre a compreensão da TV pública como aparelho de Estado na Indústria Cultural¹

Jonas Valente

Universidade de Brasília, Brasília, DF

Resumo

Este artigo busca fazer um debate sobre a chave de leitura para entender o conceito de televisão pública. Ele parte de um diálogo crítico com a contribuição sobre a esfera pública de Habermas (1961) e sua aplicação ao termo em questão pela avaliação dos limites desta noção na análise do caráter contraditório da sociedade capitalista. Neste sentido, apresentamos uma reflexão sobre a validade da contribuição de Antonio Gramsci e Nico Poulantzas para pensar a televisão pública a partir do Estado e de sua materialidade institucional manifestada nos aparelhos que o compõe. Ao final, localizamos as funções da televisão públicas na Indústria Cultural a partir da contribuição de Bolaño (2000).

Palavras-chave

TV pública, aparelho de Estado, Indústria Cultural.

Apesar de ser uma forma de comunicação cuja gênese data do primeiro quarto do século XX, a radiodifusão pública ainda não se consolidou do ponto de vista teórico. Esta fragilidade se dá especialmente entre os acadêmicos brasileiros, onde a experiência deste tipo de comunicação é ainda incipiente. As recentes discussões sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação e a formatação de suas emissoras de rádio e televisão recolocaram este tema na ordem do dia dos debates referentes ao campo das comunicações brasileiras.

Nos limites deste artigo, não visamos fazer uma análise deste fenômeno. Nos interessa um diálogo sobre o arcabouço conceitual que deve servir de base às reflexões não somente sobre este como sobre outros objetos referentes a esta modalidade de comunicação. Para isso partiremos de um diálogo crítico com o conceito de esfera pública elaborado por Habermas (1961), fazendo uma opção focar nesta contribuição e não nas diversas interpretações e comentários posteriores sobre o livro, para chegar a

¹ Trabalho apresentado na NP Políticas e Estratégias de Comunicação, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.



uma elaboração que busca no nível da forma o conceito de “aparelho de Estado” de Poulantzas (1981) e no nível das funções do modelo explicativo de Bolaño (2000) sobre a Indústria Cultural. Elegemos Habermas por considerá-lo uma referência forte nos estudos acadêmicos que se pretendem interpretar e explicar o fenômeno dos meios públicos de comunicação, entre os quais destacamos Garnham (1990), Dahlgreen (1994) e Raboy (1996). A partir desta constatação, entendemos que é importante dialogar com esta abordagem mesmo no intuito seja superá-la criticamente.

O conceito de esfera pública foi apresentado por Habermas em sua clássica obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, publicada originalmente em 1961². Em síntese, esfera pública seria a reunião de privados em um público que, a partir do uso da razão, discutem temas de interesses comuns formando uma opinião sobre estes. As condições para a esfera pública seriam a publicidade, a divulgação pública das informações necessárias ao debate dos temas nesta instância, e o debate racional, como meio de garantir que a opinião pública resultante da discussão fosse a expressão não do conflito de interesses particulares, mas da síntese da constituição de uma posição que reflita o interesse geral. Segundo Habermas, em seu embate com o Estado, os sujeitos privados reunidos em um público buscam hegemonizar as definições do Estado absolutista em crise a partir do princípio de que a “soberania deveria convergir com a razão”.

Para que se construa esta opinião, uma condição é a publicidade, entendida aí como a visibilidade necessária das informações relevantes ao debate racional público. Outras são a problematização de temas e assuntos que até então não tinham sido considerados questionáveis e o não-fechamento do público. No entanto, o autor problematiza esta liberdade de acesso ao identificar a existência de dois critérios fundamentais de admissão nesta instância: a propriedade e a formação cultural. Ao entendermos a esfera pública como conceito histórico, para sua adequada compreensão seria necessário fazer um percurso pela sua gênese e pelo fenômeno detectado por Habermas como sua “mudança estrutural”. No entanto, pelos limites deste trabalho, nos centraremos no diálogo crítico e no que consideramos sua superação.

Uma abordagem crítica da esfera pública

² Trabalhamos com a edição de 2003 da editora Tempo Brasileiro.



A importância da obra de Habermas é proporcional aos debates sobre ela. Não pudemos produzir um mapeamento completo sobre eles pela sua extensão, mas nos propomos a fazer uma interpretação da obra e dos conceitos fundamentais utilizando alguns referenciais de debate sobre o conceito em sua relação com a mídia. Nosso diálogo parte da demarcação necessária sobre o caráter classista da esfera pública. Os interesses que atendia, suas pautas e sua funcionalidade estão diretamente vinculados à burguesia. Esta visão está presente na obra em questão, cujo melhor exemplo é o seu subtítulo: “investigações acerca de uma categoria burguesa”. Ao discutir a opinião pública, Habermas reforça esta compreensão afirmando de maneira taxativa: “O interesse de classe é a base da opinião pública” (Habermas, 2003, p. 108).

Ao analisar a composição deste espaço, composto majoritariamente por funcionários e integrantes da burguesia, Habermas avalia que a esfera pública passou a ter o “status normativo de órgão de auto-mediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades” (Op. cit. p. 93). Em trecho, o autor caracteriza de maneira clara a dimensão excludente que o caráter classista da esfera pública gerou:

Evidentemente, faltam... os pressupostos sociais para a igualdade de oportunidades... Tampouco... convence a equiparação de proprietários a seres humanos, pois, através de sua antítese à classe dos assalariados, o seu interesse na manutenção da esfera do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social como uma esfera privada degrada-se a um interesse particular que só pode se impor através do exercício do poder sobre os outros... A concepção segundo a qual as pessoas privadas concordem, não pode, portanto, ser confundida com o justo e o correto: quebra-se também a terceira identificação, a central identificação de opinião pública com razão... Assim, então, também a dissolução das relações feudais de dominação no seio do público pensante não é a pretensa dissolução da dominação política de modo geral, mas a sua perpetuação de outra forma (Habermas, 2003, p. 149).

Se é verdade que este reconhecimento sobre a natureza classista está na obra citada, também é fato, em nossa avaliação, que ao longo do trabalho aparecem referências à importância de se tomar os princípios desta experiência histórica como princípio organizacional de um espaço democrático. A compreensão da esfera pública como modelo normativo democrático influenciou fortemente seus comentadores, em especial aqueles acadêmicos envolvidos com a discussão sobre a comunicação pública citados anteriormente. É por esta razão que, embora o autor reconheça o caráter classista



desta instância, consideramos fundamental partir desta condição para derivar outras análises sobre os limites do uso deste conceito.

Um exemplo do que identificamos como “concepção hegemônica” acerca da validade da esfera pública é a defesa saudosista do autor dos dois princípios que teriam sido destruídos com a mudança estrutural deste espaço: a publicidade e o debate racional. Sobre este último, é importante apresentar algumas reflexões, pois é a partir dele que teóricos da comunicação pública delimitam esta modalidade em oposição aos meios de comunicação comercial. É sim crível que em um espaço de articulação intra-classe houvesse condições da construção de consensos uma vez que não havia a presença de grupos antagônicos. No entanto, afirmar que a racionalidade ali era utilizada como princípio da discussão coletivo superando os interesses particulares rumo ao universal é negar exatamente o caráter de classe, e, portanto particular, da esfera pública descrita por Habermas.

Se não havia defesa dos interesses gerais da sociedade, tampouco pode-se dizer que havia a busca do “bem comum” naquele espaço (ou interesses particulares da classe burguesa), uma vez que a disputa entre os capitais individuais é intensa no capitalismo, a tal ponto que demandou a criação de um organismo com o poder de garantir o interesse geral da classe: o Estado. Isso se mostra tanto na concorrência no reino da economia quanto nas disputas de frações de classe dentro da burguesia por hegemonia política. Na época analisada, com o crescimento do sistema proliferam-se conflitos entre capitais de regiões diferentes e de setores diferentes, entre as quais o embate entre o capital financeiro e o industrial em poucas décadas se tornaria mais evidente.

Se assumimos que o debate racional e visando o “bem comum” não ocorre entre os capitais individuais, tampouco podemos afirmar que este processo seria possível da classe burguesa para com seu grupo antagônico: a classe trabalhadora. Uma vez que os pressupostos para a plena inserção na esfera pública são a propriedade e a formação cultural, deduzimos que algo próximo de um debate racional no conjunto da sociedade visando superar os interesses particulares só seria possível no momento em que estas condições fossem garantidas a todos. Como diz o autor em uma passagem que, repetimos, é minoritária em relação ao conjunto da obra e de sua repercussão: “Uma dimensão pública é, então, assegurada quando as condições econômicas e sociais



oferecem as mesmas chances a todos para preencherem os critérios de acesso” (Op. cit. p. 106)

O princípio do “debate racional” merece aqui maior atenção pois é ele que associamos à função geral dos meios de comunicação públicos. Nos centraremos, portanto, no que Gomes (1998) chamou de “esfera do debate público” em detrimento da “esfera de visibilidade pública”. Segundo o autor, o conceito de Habermas traria de maneira não especificada estas duas dimensões que, para o entendimento dos meios de comunicação, precisam ser analisadas de maneira separada. Embora a primeira seja inerente aos meios de comunicação, nos interessa para análise da televisão pública a segunda, um locus onde, além de haver visibilidade sobre os acontecimentos, efetivamente possa se produzir o debate público.

Gomes relativiza esta segunda esfera, afirmando ser ela “uma prática social que obedece a determinados procedimentos” podendo ser “burguesa ou plebéia” e “geral ou específica”. Para o debate em questão, não interessa os espaços de classes ou grupos, uma vez que a televisão pública se diferencia exatamente por não ser privada. Portanto, o desafio que se coloca é de entender a televisão pública como espaço geral, e não apenas de uma classe, no capitalismo e como esta pode cumprir sua função de produtora de debate público assumindo a presença de grupos e classes antagônicas no conjunto da sociedade.

O Estado em Gramsci e Poulantzas

Em nossa visão, a solução a este limite identificado está na compreensão dos meios de comunicação públicos como aparelhos do Estado a partir das contribuições de Antônio Gramsci e Nico Poulantzas. A chave desta opção está na formulação que cada um dos dois autores faz sobre o Estado capitalista. O primeiro, teórico marxista italiano, teve como uma de suas principais contribuições a formulação de uma “teoria ampliada do Estado”. Segundo ela, o Estado não seria confundido com os aparelhos de coerção ou governo jurídico, mas seria todo o espaço e processo de construção da direção da classe dominante na superestrutura. Em uma representação esquemática produzida pelo próprio autor (Gramsci, 1978, p. 149), o Estado seria igual a “sociedade política + sociedade civil”. Neste modelo, a sociedade política é assumida como o conjunto dos

instrumentos burocráticos e de política da administração pública e a sociedade civil é compreendida como locus de funcionamento dos aparelhos privados de hegemonia.

De acordo com Portelli (1999), o Estado em Gramsci é caracterizado por três elementos principais: (a) reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto intelectual e moral quanto política; (b) se constitui em a partir de um equilíbrio interno entre esses dois elementos da superestrutura; (c) enfim, e sobretudo, a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais. (Op. cit. p. 40). No entanto, é muito importante destacar que esta direção intelectual não significa uma noção vulgar de manipulação ou imposição de uma visão de mundo. Na análise de Gramsci, ela se dá em meio a uma forte disputa de hegemonia na qual os interesses dominantes precisam construir um ‘consenso’ junto aos interesses dos dominados. Por consenso não entendemos aqui um ‘comum acordo’ entre as classes antagônicas, e nem uma opinião formada por meio da razão como em Habermas, mas a síntese de embates entre os grupos sociais em determinadas situações de correlação de forças.

No entanto, a divisão esquemática no interior do Estado ampliado entre sociedade civil e sociedade política não nos permite enxergar o caráter ambivalente dos veículos públicos de comunicação, que estão no “governo jurídico” pertencente à sociedade política e, ao mesmo tempo, são formas de aparelhos de hegemonia como aqueles localizados na sociedade civil. Esta resposta pode ser dada de maneira adequada pela elaboração de Poulantzas (1978) acerca do Estado capitalista. Partindo da premissa de que não é possível ver os planos econômico e superestrutural como instâncias separadas, Poulantzas define o Estado não como um elemento externo de coerção e ajuste do sistema produtivo, mas como o próprio sistema organizado em um espaço que visa garantir e ordenar sua reprodução a partir da unificação da classe dominante ao longo das diversas fases do capitalismo. No entanto, este entendimento não deve sugerir uma visão instrumentalista do Estado, que o reduziria a uma simples ferramenta da classe dominante. É na crítica a esta concepção que Poulantzas chega ao ponto-síntese de sua formulação: inscrever a luta de classes no centro motor da constituição e desenvolvimento do Estado.

Para o autor, a articulação orgânica entre economia e política na verdade é derivada da posição estruturante das relações de produção ao longo do curso histórico



do sistema capitalista. Diferente das visões economicistas, que vêem no Estado apenas um instrumento de viabilização do desenvolvimento das forças produtivas, ele vê o Estado como espaço-processo onde a contradição capital-trabalho fundante destas relações no capitalismo se manifesta no embate entre as classes dominantes e dominadas.

Colocar o Estado capitalista em primeiro lugar quanto às relações de produção não significa constituir a partir disto o objeto teórico deste Estado. Objeto-tipo que no prosseguimento seria particularizado ou concretizado de uma maneira ou de outra segundo a luta de classes em uma ou outra formação social. Uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas no capitalismo (Poulantzas, 1981. p. 30).

Com base nesta reflexão, Poulantzas define o Estado como “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (Ibidem, p. 147). O autor alerta que neste conceito o Estado não é apenas uma relação de forças, mas possui materialidade própria na forma de uma ‘ossatura institucional’ expressa em suas diversas instituições e aparelhos. A partir destas, o Estado organiza a classe dominante como síntese das disputas entre suas frações e destas com as classes dominadas.

Um aparelho de Estado na Indústria Cultural

Feita uma discussão sobre o Estado capitalista, temos a necessidade agora de entender seu papel na Indústria Cultural. Para isso, como já explicitado, vamos utilizar os instrumentais da economia política da comunicação, mais especificamente a contribuição de Bolaño (2000). Segundo o autor, no capitalismo, a informação e a cultura seguem a contradição igualdade-desigualdade que caracteriza a produção e apropriação da riqueza na sociedade. Nesta esfera, do econômico, o sistema apresenta sob a aparência de igualdade a relação de troca de mercadorias quando esta esconde uma essência inerentemente desigual: a apropriação de mais-valia na compra da força de trabalho gera uma concentração de riqueza nas mãos dos detentores dos meios de produção em detrimento da obtenção por parte dos trabalhadores do fruto de seu trabalho. No caso da informação e da cultura, seu caráter de classe e sua função de suporte à acumulação do capital também precisam aparecer não como dominação, mas como expressão dos interesses gerais.



Há, portanto, uma contradição fundamental entre a essência de uma informação de classe e sua aparência como informação de massa, a mesma contradição que há entre o igual e o desigual, entre o contraditório e o não-contraditório que caracterizam a ideologia burguesa da LIBERDADE DA INFORMAÇÃO (Op. cit. p. 51).

Desta contradição, continua o autor, pode-se derivar o sistema de comunicação de massas. Desta demana de garantir a coesão social em uma situação de desigualdade surge a primeira forma geral da informação capitalista: a propaganda. Todavia, o sistema de comunicação de massas não serve apenas para equalizar esta contradição, mas é utilizado pelos capitais para potencializar o processo de acumulação por meio da aceleração da circulação de informação necessária à produção, distribuição e consumo de mercadorias. Depreende-se daí a segunda forma geral da informação no capitalismo: a publicidade. É para dar conta da contradição entre estas duas formas que surge um novo aparato diferente da realidade fragmentada da imprensa no capitalismo concorrencial: a Indústria Cultural. De acordo com Bolaño, o exercício deste papel pela Indústria Cultural se dá em permanente tensão entre os interesses do capital e do Estado e os do público a quem os meios de comunicação se dirigem.

Se a Indústria Cultural é um elemento de mediação entre o capital, o Estado e as outras instituições das ordens econômica e política, de um lado, e as massas de eleitores e consumidores do outro, essa mediação não se faz em termos de grandes estruturas, segundo as linhas da dinâmica pesada que se pode derivar dos modelos de base e superestrutura, mas antes segundo as relações conflituosas que se estabelecem entre os diferentes atores que, nos diferentes setores relacionados, participam daquela dinâmica ágil que responde, a cada instante, e de forma sempre problemática, às necessidades da acumulação do capital e da reprodução ideológica de um sistema caracterizado pela anarquia pela contradição (Op. Cit. p. 215-216).

Nos interessa para os limites deste trabalho entender a atuação do Estado nesta esfera. Mas é preciso aí fazer um segundo recorte: o foco de nossa análise não será seu papel enquanto regulador da produção e distribuição de cultura no interior desta indústria, mas sua ação como explorador direto dos serviços de radiodifusão, mais especificamente de televisão. Para isso, nos voltaremos agora para definir o papel geral do Estado na Indústria Cultural para depois chegar à sua função como mantenedor direto de emissoras de televisão. Na perspectiva de Bolaño, as relações entre Estado e capital não se confundem com as funções publicidade e propaganda, mas se justapõem formando uma relação preferencial embora não exclusiva. O Estado, portanto, atua como “capitalista coletivo ideal” garantindo os interesses gerais da propaganda contra



os interesses individuais não só dos capitais que operam no nível da concorrência como também dos grupos que disputam política e ideologicamente no âmbito do aparelho do Estado.

Para isso, e pela dificuldade dos diversos agentes produzirem uma informação que supere seus interesses individuais imediatos, o Estado constitui um aparato próprio na Indústria Cultural: os meios de comunicação públicos. No entanto, para que existam nesta indústria, estes meios precisam funcionar como um de seus agentes em concorrência, devendo entrar na disputa por espaço nesta esfera e pela atenção da população. Assim, poderia-se apontar uma dupla personalidade dos meios de comunicação públicos: são aparelhos ideológicos mas que, para cumprir esta função, precisam estar bem posicionados na organização da produção, distribuição e consumo de informação e cultura. Voltando a dialogar com o modelo de Bolaño, pode-se afirmar que a comunicação pública realizada por pelo Estado é *essencialmente propagandística*. Isso por que esta é sua função geral, o que não a impede de cumprir também uma função publicidade, mesmo que esta seja um consentimento necessário aos capitais ávidos pela divulgação de seus produtos para assegurar condições favoráveis de participação da concorrência.

Aqui é importante uma breve reflexão. Se parte-se do princípio no modelo geral aqui apresentado que a promoção dos interesses gerais da propaganda do sistema é realizada pelo Estado, isso não impede que em determinadas situações este papel não possa ser desempenhado por um capital individual. Como a Indústria Cultural traz em si uma dupla dimensão, ideológica e econômica, um capital individual não atua apenas para acúmulo próprio ou suporte ao acúmulo de outros capitais, no caso aqueles que aparecem na dinâmica como anunciantes. Ele também é um propagandista e disputa no nível desta função geral a hegemonia no conjunto da sociedade. Deste modo, é possível pensar que em determinado contexto um capital individual ascenda à condição de propagandista geral do sistema tanto em concordância quanto em conflito com os meios de propaganda públicos. No primeiro caso, poderíamos citar o papel protagonista exercido pela Rede Globo frente à condição marginal das emissoras educativas estaduais. No segundo, um exemplo interessante foi a disputa entre os veículos controlados por Silvio Berlusconi e o grupo público italiano RAI durante a gestão de Romano Prodi.



Após esta pequena digressão, localizamos na reflexão apresentada sobre os meios de comunicação públicos o ponto de contato entre as formulações acerca da Indústria Cultural e as teorias sobre o Estado capitalista. Isso porque é com estas que podemos qualificar a compreensão dos meios de comunicação públicos como aparelhos de Estado. E é com elas que demarcamos nosso olhar sobre o que caracteriza este conceito. O público, aqui, não é entendido como uma esfera de visibilidade para o conjunto das pessoas, como preceitos normativos ou como o espaço da reunião da sociedade, mas como a qualidade de um aparelho inscrito na “ossatura institucional do Estado”, para usar um dos termos de Poulantzas. Neste sentido, a televisão pública é entendida para efeitos deste trabalho como um aparelho do Estado que possui uma materialidade institucional na sua concretização enquanto sistema de emissoras que ofertam um serviço de televisão à população. Ela designa a produção e gestão de programações distribuídas sob diversas plataformas tecnológicas diretamente pelo Estado, sendo a expressão deste em um complexo processo que vai muito além dos programas veiculados, mas envolve o arcabouço jurídico-institucional organizador deste aparelho, a operação de sua gestão e o produto veiculado, bem como sua repercussão junto à população.

Feita a definição dos meios de comunicação públicos³, faz-se necessário avançar na elaboração acerca de suas funções. Na resolução da contradição publicidade-proganda já abordada anteriormente, vimos que este aparelho tem como função primordial a garantia da reprodução ideológica do sistema, ou, disputar o “monopólio da opinião pública”, nos dizeres de Gramsci, com vistas à disseminação da ideologia dominante no intuito de construir “consensos” que legitimem a essência desigual do sistema. Esta ideologia, como vimos, possui papel determinante ao dar significado às manifestações das relações de produção e operar no nível da consciência tanto na unificação da classe do bloco no poder quanto na construção dos “consensos” entre esta e as classes dominadas.

No entanto, tanto Gramsci quanto Poulantzas mostram como a produção desta ideologia não se dá na forma de uma correia de transmissão das visões da classe dominante, mas é atravessada e constituída pela luta de classes. Isto acontece não só no conjunto dos meios de comunicação mas, especialmente, neste aparelho ideológico.

³ A partir de agora, deixaremos de falar de mídia em seu sentido amplo e passaremos a utilizar o termo televisão por ser este o conceito referente ao objeto desta pesquisa.



Segundo Poulantzas, a estruturação do Estado a partir da luta de classes gera contradições no interior de cada aparelho. “Este aparelho, o mais marcado pela rigidez imposta ao Estado pelo atual processo de produção e reprodução do capital, manifesta paralelamente os limites e as restrições do leque de opções políticas e das táticas possíveis na organização da hegemonia de classe” (Poulantzas, 1981, p. 196).

Esta disputa se inscreve em torno do controle da ação do aparelho. Historicamente setores da sociedade estiveram em conflito com os titulares de governos e parlamentos sobre o arranjo da estrutura de gestão das televisões públicas, que ao final definem quem controla o sistema. No caso europeu, incluindo aí também Austrália, Canadá e Japão, foi consolidado um modelo de uma estrutura mais ou menos partilhada com base em conselhos e instâncias não só diretivas como de acompanhamento e fiscalização da programação. Em alguns países as estruturas possuem porosidade à presença de representações das classes dominadas. Em outros países a composição é direta ou indiretamente feita pelo governo e parlamento.

O caráter dinâmico é confirmado por diversas experiências históricas. Em vários momentos as organizações vinculadas à classe dominada, mesmo apartadas das estruturas diretivas, conseguiram influir sobre a organização do aparelho. Em outros, por mais que o arranjo fosse a expressão de conquistas no distanciamento das pressões dos “governos de plantão” há casos recorrentes que mostram o cumprimento, em segunda ou última instância, da função de produção e difusão da ideologia dominante. A polêmica em torno da cobertura da BBC sobre a Guerra do Iraque, e de diversos programas alinhados à posição favorável do presidente da Inglaterra, Tony Blair, é um exemplo.

A esta dinâmica conflituosa resultante da luta de classe no interior dos aparelhos de Estado soma-se a tensão na mediação entre os interesses deste e do capital e os da população na Indústria Cultural. Bolaño (2000) já os localizou ao ver nesta esfera um caráter de mediação entre estes dois pólos. Assim, tanto a função propaganda quanto a função publicidade não podem prescindir de um contato com as demandas dos espectadores. No caso da função propaganda, que nos interessa mais diretamente, isso é ainda mais visível uma vez que a legitimação ideológica do sistema ocorre por meio da construção de “consensos”, e não de simples imposição da visão das classes

dominantes. Utilizando o modelo de Habermas de oposição entre sistema e mundo da vida utilizado na Teoria da Ação Comunicativa, o autor afirma:

A Indústria Cultural, a instância de intermediação entre o capital (e seria preciso acrescentar o Estado) e as massas, só foi definida quanto às determinações que são impostas pelo “sistema”. Mas até mesmo para que essas determinações sejam efetivas, ela deve também dar uma resposta a certas necessidades internas da “lebenswelt”, a saber, as necessidades de sua reprodução simbólica. Dito de outra forma, a Indústria Cultural só será capaz de “colonizar” o mundo da vida para o capital e o Estado, substituindo-se a mecanismos internos de reprodução simbólica daquele (Op. Cit. p. 227).

Desta forma, tensão entre os interesses presentes nos dois pólos da luta de classes se manifestam tanto no aparelho do Estado, e no aparelho específico da televisão pública (incluindo sua formatação e execução), quanto na relação entre este e o conjunto de espectadores a que se dirige. Ou seja, a partir desta articulação teórica reafirmamos o caráter dinâmico deste meio de comunicação sem desconsiderar os limites estruturais que o constituem. Portanto, definimos a televisão pública como *um aparelho estatal que existe para garantir seus interesses gerais na Indústria Cultural, cumprindo primordialmente a função propaganda na construção de “consensos” a partir da tensão dialética entre a os as posições hegemônicas no âmbito do aparelho e as demandas do público a quem se dirige.*

Nos diferenciamos, então, de um conjunto de autores com trabalhos referenciais sobre o tema na perspectiva da economia política da comunicação, como Garnham (1990), Dahlgreen (1995) e Raboy (1996), ao não localizar a televisão pública no interior de uma esfera pública, como instituição privilegiada de construção das funções deste locus vinculadas à promoção da democracia e da cidadania. Nos afastamos igualmente daqueles que caracterizam a televisão pública a partir do arcabouço jurídico que rege a noção de serviço público, como em Santos e Silveira (2006). Tampouco nos filiamos às discussões feitas entre o conjunto de instituições de exploração e apoio ao serviço público de radiodifusão, especialmente na Europa, que optam por circunscrever o termo a partir de suas missões, como: (a) a oferta universal; (b) a veiculação de informação de qualidade e separada da opinião; (c) a promoção da diversidade e garantia de espaço para minorias; etc.

Em relação às primeiras, de herança Habermasiana, avaliamos que as fragilidades do conceito de “esfera pública” apontadas anteriormente prejudicam enormemente o uso deste termo para caracterizar o objeto em questão. É certo que não é de forma alguma falso falar em uma esfera da visibilidade pública, nos termos de Gomes (1998), um espaço oposto ao privado onde os indivíduos se encontram e onde é apresentada uma realidade tida como “comum”. No entanto, a noção de Estado ampliado de Gramsci qualificada pela reflexão de Poulantzas sobre sua natureza orgânica com a face material das relações de produção dá conta de maneira muito mais eficiente de explicar esta dimensão da sociedade. Destacamos que esta reflexão não será feita agora, mas em momento posterior deste trabalho.

Se o conceito de esfera pública não dá conta de explicar adequadamente o espaço da visibilidade pública, tampouco pode ser sustentado como locus do debate público segundo os princípios apontados por Habermas (1961): a publicidade e o uso da argumentação racional. Sobre isso já elencamos críticas que nos parecem suficientes, mas reiteramos aqui que nem no interior do aparelho televisão pública e nem no espaço da concorrência entre este e os demais exploradores privados dos serviços de televisão é possível falar em um “uso da razão” pela condição conflituosa que caracteriza a luta de classes no capitalismo. Porém, se é fato que o conceito de esfera pública não dá conta de explicar o objeto, consideramos importante sua aplicação pelos autores citados não como instrumental de análise mas como referencial prescritivo de constituição de alguns arranjos organizacionais no funcionamento da televisão pública de modo a minimizar o desequilíbrio entre as classes dominantes e dominadas no bojo da disputa do aparelho. Contudo, também sobre este aspecto nos debruçaremos em momento posterior.

Em relação à utilização do referencial jurídico concernente ao termo serviço público para caracterizar a televisão pública, consideramos que sua adoção nos leva a um terreno hegemônico por noções conservadoras muito diferenciadas do percurso proposto aqui. Não nos abstermos da discussão sobre as implicações deste conceito uma vez que a materialidade institucional da televisão pública é também expressa e moldada pela sua constituição jurídica, mas a aplicação desta perspectiva teórica ao caso brasileiro será feita em capítulos posteriores.



Portanto, a questão do controle é essencial para definir a qualidade da luta de classes inscrita no aparelho. Para além de um conceito de cidadania associado à ilusão do Estado de Direito Burguês, adotamos aqui o critério prescritivo da busca pela democratização do aparelho da televisão pública como o processo pelo qual as classes dominadas reivindicam maior espaço de incidência no processo de produção e distribuição dos conteúdos simbólicos do aparelho de Estado televisão pública. É nestas bases que a análise do caso brasileiro da gênese de um aparelho de caráter nacional e com projeto de controle dito democrático será feita.

Referências Bibliográficas:

BOLAÑO, César R. S. *Indústria Cultural, Capitalismo e Informação*. São Paulo, Hucitec, 2000.

DAHLGREEN, Peter. *Television and the public sphere: Citizenship, democracy, and the media*. London: Sage, 1995

GARNHAM, N. *Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Information*. London: Sage Publications, 1990.

GOMES, Wilson. *Esfera pública política e media - II. Anais do VII Encontro anual da COMPÓS*, São Paulo, maio de 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, Jurgen - *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2003.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

POULANTZAS, Nicos, *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

RABOY, Marc. *Public Broadcasting for the Twenty-first Century*. Luton (UK): John Libbey Media / University of Luton Press, 1996.

SADER, Emir. *TV pública e TV mercantil*. Publicado no Blog do Emir (disponível em www.agenciartamaior.com.br) em 18 de fevereiro de 2008.

SANTOS, Suzy ; SILVEIRA, Érico da . *Rádiodifusão no Brasil: entre o serviço e o interesse público*. In: V Enlepicc: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 2005, Salvador-BA. V Enlepicc: Anais (CD-Rom). Salvador : ULEPICC, UFBA, 2005. v. 1. p. 1-16.